

# Agroecologia: resistir e superar o inaceitável

DANIEL LEMOS JEZIORNY

MARCOS ABRAHÃO CARDOSO

**RESUMO:** O modelo do agronegócio trata a natureza como mera fonte de recursos para acumulação capitalista. Fruto de um projeto de modernidade violento contra outras versões possíveis de humanidade/natureza, tal entendimento está na raiz epistêmica-ontológica da crise ecológica-civilizacional em curso. Em perspectiva marxista, esse texto explora alternativas contidas na agroecologia em meio a crueza do valor puritano em valorização.

**PALAVRAS - CHAVE:**  
Agroecologia. Crise ecológica. Questão Agrária. Marxismo.



## Agroecology: resisting and overcoming the unacceptable

---

**DANIEL LEMOS JEZIORNY**

Doutor em Economia (UFU). Professor da UFRGS, Departamento de Economia e Relações Internacionais. Coordenador do Grupo de Estudos em Economia Política e Ecologia Política GEPOL/ UFRGS. Membro do GT/CLACSO Ecologia(s) política(s) desde el Sur/ Abya-Yala.  
Email: daniel.lemos@ufrgs.br

---

**MARCOS ABRAHÃO CARDOSO**

Doutorando na UFRGS. Membro da Comissão Permanente de Orgânicos e do Comitê de Ética da Associação Agroecológica RS.  
E-mail: abmacc@pm.me

**ABSTRACT:** The agribusiness model treats nature as a mere source of resources for capitalist accumulation. A product of a violent modernity project against other possible versions of humanity/nature, this understanding lies at the epistemic-ontological root of the ongoing ecological-civilizational crisis. From a Marxist perspective, this text explores alternatives contained in agroecology amidst the harshness of puritanical value being valued.

**KEYWORDS:** Agroecology. Ecological crisis. Agrarian question. Marxism.

---

RECEBIDO: 08/09/2025

APROVADO: 10/12/2025

## 1 Breve introdução ao inaceitável

A crise civilizacional em curso refere-se à crise do projeto de modernidade. Para o filósofo equatoriano Bolívar Echeverría, trata-se da crise do projeto capitalista em sua versão puritana e norte-europeia, que lentamente se afirmou e aprimorou, ao ponto de prevalecer sobre alternativas. Projeto convertido num esquema operacional capaz de se adaptar a qualquer substância cultural, possuidor de uma validade e eficácia históricas aparentemente inquestionáveis.

Na atual fase de desenvolvimento em que tal sistema se encontra, é inaceitável o brutal genocídio do Povo Palestino<sup>1</sup> que promove, senão ao requentar alguns de seus elementos estruturais mais violentos, como o racismo, a expropriação e a degradação ambiental e humana. Associado ao crescimento de outros conflitos militares e socioambientais ao redor do planeta, este trágico emblema do plano norte-europeu – e estadunidense – de civilização reforça a percepção de que a barbárie desse projeto se intensifica intoleravelmente. Em recente palestra na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, o historiador israelense Ilan Pappé afirmou que desde 1948 a resistência do Povo Palestino é um movimento anticolonial. Ação contra uma das tantas faces do imperialismo, aspecto estruturante de um modelo de civilização contraditório e cruento em essência.

É bem sabido que a violência contra o povo palestino não é algo novo, mas um projeto que vem desde a fundação do Estado de Israel. Ademais, vale mencionar que a sua atual escalada não é apoiada por todos os israelenses, mas impulsionada pela extrema direita daquele país. No Brasil, a extrema direita nasce umbilicalmente ligada às oligarquias agrárias e ganha corpo vinculada aos interesses do que hoje se entende por agronegócio. Assim como em Israel e em outros lugares, ela faz o “serviço sujo” que o capital necessita na atual quadra histórica, em que seu modelo de civilização se afunda em crise: abre terreno para a mercantilização de terras e bens comuns, além de sufocar ainda mais a situação da classe trabalhadora, inclusive com impulso à escravidão moderna. Nos espaços rurais, isso implica avançar sobre terras públicas e territórios de populações camponesas e povos tradicionais, seja pelo uso da violência explícita ou do poder político articulado em

---

1 Recomenda-se: Tensões Mundiais (2024).

torno da Frente Parlamentar da Agropecuária. Como corolário, crescem grilagens de terra, desmatamentos criminosos e perda de biodiversidade que compromete funções ecossistêmicas essenciais, visto que propiciam serviços fornecidos pela natureza e indispensáveis à vida humana, a exemplo da ciclagem de nutrientes do solo ou da regulação do ciclo hidrológico da Terra. Serviços ecossistêmicos crescentemente comprometidos no compasso de crimes socioambientais e envenenamento de solos, aquíferos e pessoas. Resultado do consenso de *commodities* (Svampa, 2019) que implica o consenso do glifosato (Santos; Vasconcelos, 2020).

Sem dúvida é necessário considerar que a produtividade do agronegócio brasileiro performa recordes. Porém seus índices parecem positivos e superavitários apenas por não contabilizar – além dos vultosos subsídios estatais – a degradação da natureza, a depleção de solos agricultáveis e o consumo insustentável de água e de energia que promove (Marques, 2023). Com efeito, esse modelo traz consigo o acelerado e cada vez mais inaceitável esgotamento das fontes de energia vital: a natureza e a força de trabalho (Marx, 2013).

O objetivo deste texto não é defender a agroecologia como panaceia para os problemas de nosso tempo, mas explorar possibilidades nela contidas. Isso, com referência ao que o filósofo equatoriano Bolívar Echeverría definiu como *ethos* barroco: uma forma de humanidade alternativa e em resistência no cada vez mais inaceitável tempo da modernidade/capitalista/puritana/norte-europeia.

## **2 Humanidades em questão**

A humanidade também modifica a si mesma quando transforma a natureza da qual faz parte. Conforme elucidado por Marx (2008, 2013), o trabalho é um processo que diferencia os seres humanos das demais espécies animais justamente porque somente à espécie humana ele pode ser um processo teleológico. Atividade mediante a qual os seres humanos concretizam sua relação metabólica com a natureza a partir de projetos prévios; ações volitivas, planejadas e de reordenamento de seu substrato material e condição inarredável

de existência, mas também de desenvolvimento de certas potencialidades humanas. Historicamente, é pelo processo de trabalho que os humanos desenvolvem, ou, ao menos, podem criar condições objetivas ao desenvolvimento de aptidões próprias de sua espécie; como criatividade, inteligência, inventividade e capacidade de planejamento. Sem maiores ressalvas, parece razoável asseverar-se que é pelo processo de trabalho que os seres humanos criam condições objetivas para seu desenvolvimento subjetivo.

Por detrás desse raciocínio repercute o reconhecimento do caráter pedagógico e social do processo de trabalho enquanto constituinte de humanidade. Mas também que distintas formas sócio-históricas atribuídas à força social de trabalho forjam seres humanos não menos distintos, versões de humanidade particulares, visto que assentes em mapas cognitivos diferentes. Se essas orientações cognitivas – também chamadas cosmovisões – são constituídas mediante formas de organização social do processo de trabalho<sup>2</sup>, tampouco isso as impede de responder por particulares sistemas de conhecimento e de compreensão de mundo, que são também de construção de mundo. Imanentes das formas sócio-históricas de se transformar a natureza em função de objetivos previamente estabelecidos, toda forma de consciência encerra em si uma dimensão construtivista, de realização de um projeto/plano civilizacional. Enquanto projetos constituintes de versões de humanidade, modelos civilizacionais costumam impulsionar algum sistema de conhecimento que funcione como uma forma de enaltecimento da própria realidade que constrói, a exemplo de certas correntes teóricas ou religiosas. Mesmo quando invertidas, mistificadoras ou absurdas, estas formas de consciência não deixam de ser objetivas, pois orientam a ação humana na medida em que lhe significam. Consequentemente,

por mais absurdas que sejam as concepções dos agentes que emergem de sua prática cotidiana, é por meio delas que eles tornam o mundo inteligível para si mesmos e são capazes de assumir as atitudes e comportamentos adequados àquelas relações (Duayer, 2001, p. 18).

---

2 Conforme Marx e Engels (2009, p. 32): “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência”.

É nesse diapasão que a ideia de cultura ganha relevância. A cultura inca, por exemplo, certamente é um produto da forma pela qual os incas se organizavam socialmente para reproduzirem-se materialmente em sua interação metabólica com a porção de natureza que territorializavam, que humanizavam atribuindo-lhe uma feição propriamente sua. Mas tampouco a civilização inca conformava-se por meio de uma relação imediata com a natureza. Como qualquer outro modelo de civilização humana, a relação metabólica humanidade-inca/natureza-inca era mediada tanto por objetos técnicos como por um conjunto de significações, cimento que ajudava a dar coesão ao seu edifício social. Um conjunto de discursos e de entendimentos que, se por um lado informava os porquês do mundo propriamente inca aos incas, por outro era também constituinte desse mundo, na medida em que apontava os comportamentos adequados aos incas no tempo-espaço que reordenavam. Um conjunto de expressões simbólicas associado também a ritos, práticas cerimoniais de uma cultura que não deixava de se transformar consoante a transformação/apropriação do espaço. Para Dussel (2018), é na evolução da cultura inca que o seu sagrado cai progressivamente no concreto. As divindades incas se fazem dinâmicas e começam paulatinamente a especializar-se; de um deus *otiousus* chegam a um deus *pluviosus* – da chuva e do trovão. É nesse fluxo que emerge o culto à *Inti*, o Sol Sagrado. Deus dos guerreiros e caçadores, solarização do criador e fecundador num mundo de vegetação dramática. Deus que dá significado à função política de caçadores e guerreiros, bem como ao chefe solar monárquico, encarnação do caçador primitivo numa sociedade hierarquizada e masculina (Dussel, 2018).

Mas à medida que os povos incas territorializam-se e passam a atribuir a um recorte da natureza uma feição particular, senão através de objetos técnicos que acrescentam ao espaço para conviver e cultivar a terra, aquilo que Marx (2011) definiria como superestrutura de seu modo de produção também se complexifica. É assim que,

con *Quilla* – la luna – y *Pachamama* – la “Tierra madre” – es todo un nuevo mundo que se nos presenta. Es como una verdadera contrapartida del teísmo. Los pueblos sedentarios

agrícolas, de tipo más bien feminino o matriarcal, organizan su teología dentro de las estructuras któnicas – de Któn: tierra em griego –. Nos encontramos com el animismo, el manismo, el totemismo, “en medio de todos estos se puede discernir la idea clara y sinteticamente expressada de la vida, sobre todo a causa de la asociación íntima de la mujer, la tierra, la luna y la fecundidade, de ciclos biológicos y de los ciclos cosmológicos” (Dussel, 2018, p. 197).

Nessa linha, conforme colocado por Eagleton (2003), tratar de cultura significa tratar de uma noção epistemologicamente “realista”, haja vista que pressupõe a existência de uma natureza para além de nós mesmos, seres humanos; mas que carrega certa dimensão construtivista. Afinal, de acordo com Lukács (2018, p. 250), “como todo ser vivo, o ser humano é por natureza um ser que responde: o entorno põe, à sua existência, à sua reprodução, condições, tarefas etc.” Ao executar essas tarefas e atribuir um significado humano à natureza através do trabalho que a transforma, os seres humanos adquirem também uma determinada forma de consciência, tanto de si como do mundo que estão a transformar, e assim cultivam não apenas o espaço, mas a si próprios. Cultura é também uma forma de cultivar mentes, de criar subjetividades, mas que emerge de condições materiais, objetivas.

Atentemos àquilo a que poderíamos chamar cultura moderna. Esta se desenvolve consoante à visão de mundo de que os seres humanos seriam senhores de uma grande fonte de “recursos naturais”, disponíveis ao seu bel prazer e cuja melhor forma de aproveitamento seria a sua transformação em dinheiro. Para a razão instrumental, própria da modernidade, a natureza não é mais do que uma inesgotável fonte de “recursos naturais”, aproveitáveis em processos de transformação cujo objetivo principal é a obtenção de lucro. É claro que a natureza importa nessa visão de mundo, especialmente enquanto puder ser transformada numa relação social de exploração e de apropriação privada da riqueza socialmente produzida chamada capital. Contudo, vale lembrar que essa transformação implica a mercantilização de suas partes arrancadas do todo na qual funcionam como órgãos de um

organismo vivo, e de que essa amputação costuma acontecer sem maiores considerações quanto ao bom funcionamento desse organismo – o Sistema Terra. Para alguns especialistas que refletem sobre “racionalidade ambiental” – como Enrique Leff (2006) – a crise ecológica que atravessamos emana justamente dessa episteme, ela é mais um aspecto da crise civilizacional em curso.

De acordo com Leff (2006), o conhecimento produzido sob tal lógica, em vez de constituir um conjunto de teorias e formas de organização do pensamento para o entendimento do mundo, passou a ser uma ordem conceitual orquestrada em um conjunto de artefatos que intervêm e transformam o real, a partir de uma postura que “tecnologizou” e “economicizou” o mundo. Um entendimento atualmente hegemônico, que avança calcado na racionalidade econômica instrumental defendida muito especialmente pela economia neoclássica. Corrente de pensamento que parte do individualismo metodológico associado à falsa ideia de que a troca de mercadorias faz parte de uma suposta natureza humana imutável, eterna. Forma pela qual projeta-se o *homo economicus* como ideal: egoísta e maximizador de lucros, mas também a-histórico, impolutamente imune às determinações do modelo de civilização na qual se constitui como indivíduo.

Ademais, uma versão de ser humano que parece realizar esforços interpretativos cada vez mais sofisticados, mas que parecem negar a dependência humana dos serviços ecossistêmicos. Sistemas de vida extra-humana que as versões mais brutalizantes de *homo economicus* – a exemplo da que propõe o agronegócio brasileiro – insistem em enxergar apenas como “cadavéricos” recursos naturais. Ou seja, não como elementos da trama da vida (Moore, 2015), mas como coisas passíveis de transformação em mercadoria, forma econômica nuclear do modo de produção capitalista – conforme demonstrou Marx (2013), logo nas primeiras linhas d’*O capital*.

É necessário recordar que a ampla mercantilização da natureza não é um processo viabilizado apenas mediante a transformação da natureza externa aos seres humanos em mercadorias, mas também a partir da transformação de sua natureza interna – especialmente a sua força de trabalho. Para Marx (2013), aí reside

o fundamento do capitalismo, na transformação da natureza inorgânica, mas também orgânica dos seres humanos em mercadorias. Porém, se esse processo só poderia completar-se a partir de um modelo de organização social da produção que hegemonizasse a mercadoria enquanto forma da força social de trabalho, vale atentar que ele só tomou lugar em nossas vidas a partir de muita violência, capitaneada pela ação decisiva de Estados que não renunciaram – e seguem a não renunciar – ao monopólio da violência para subjugar outras versões de humanidade, projetadas como subalternas e/ou incivilizadas.

Atrelado à colonialidade da natureza latino-americana e de outras regiões consideradas periféricas como contraparte da modernidade (Alimonda, 2025), o racismo impulsionado pelos Estados foi estruturado na dinâmica de movimento/desenvolvimento do capitalismo, modo de produção do *sistema-mundo moderno-colonial* (Haesbaert; Porto-Gonçalves, 2006). Via pela qual a violência aberta contra formas de existir diferentes daquela que compõe o núcleo central da forma sujeito moderno cristalizara-se nessa mesma forma e forjara uma versão de ser humano que tende a naturalizar ações violentas. Especialmente quando estas ações são dirigidas contra seres humanos relegados a uma existência subalternizada no estatuto de sujeito moderno<sup>3</sup>. Com efeito, tudo aquilo que não é aceito como estereótipo do projeto de civilização norte-europeu ocidental – de que trata Echeverría (1998) – precisou ser arrancado da condição de humanidade “ideal” para constituir a alteridade que lhe reafirma (Jappe, 2021). Há, portanto, sempre um outro a ser negado, uma alteridade negativa que reforça a “subjetividade moderna” que se propõe como mais avançada e única viável. A constituição do estatuto de sujeito moderno requer necessariamente a negação do Outro – selvagem, incivilizado, terrorista. Uma ameaça a sua existência, supostamente portadora do progresso.

Em relação aos povos pré-hispânicos no que hoje conhecemos por América Latina, Echeverría (1998, p. 24) afirma que:

---

3 Veja-se hoje o genocídio do Povo Palestino em curso.

tal vez la principal desventaja que ellos tuvieron, en términos bélicos, frente a los europeos consistió justamente en una incapacidad que venía del rechazo a ver al Otro como tal: la incapacidad de llegar al odio como voluntad de nulificación o negación absoluta del Otro en tanto que es alguien con quien no se tiene nada que ver. Los europeos, en cambio, aunque percibían la otredad del Otro como tal, lo hacían sólo bajo uno de sus dos modos contrapuestos: el del peligro o la amenaza para la propia integridad.

Apesar de atualmente hegemônica, tal percepção não é única. Em meio a modernidade-norte-europeia-capitalista-puritana, ainda resistem versões de humanidade que acreditam na possibilidade de coexistência de mundos diferentes, e para quem o seu corpo inorgânico (Marx, 2010) não é palco inerte, mas trama da vida (Moore, 2015), um organismo vivo de cuja saúde depende sua própria existência. Para estas, a visão hegemônica não apenas equivoca-se ontologicamente ao tratar a natureza como uma espécie de almoxarifado de uma versão de humanos cada vez mais alienados da natureza e de sua própria essência, mas o faz de forma eivada de violência pré-concebida, visto que seu projeto totalizante não aceita coexistir com outras formas de vida e de entendimento do mundo.

É nessa perspectiva que o trabalho de Milanez (2024) documenta a pugna e o martírio de um casal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); lideranças ambientalistas covardemente assassinadas numa reserva extrativista no Pará. Violência fruto da colonialidade da natureza latino-americana. Retrato de um eurocentrismo racista em essência e que acarreta ecocídio junto ao epistemicídio que promove. Nessa linha, Barbosa (2024, 2025) ressalta a significância pedagógica da ontologia Zapatista e sua defesa do território e dos Comuns frente não apenas ao epistemicídio e ecocídio do capital, mas também ao seu ontocídio. Ao resgatar ideias marxianas de *emancipação humana* e *emancipação política*, em diálogo com ideias de pensadores/ativistas latino-americanos como Ana Esther Ceceña, José Martí, Aílton Krenak e Paulo Freire, a autora mostra que em meio a aniquilação de outras existências e ontologias, iniciada com a colonização e perpetuada

pelo capitalismo contemporâneo, existem resistências e alternativas. Dentre elas a *insurgência zapatista*, uma forma de resistência que contrapõem a visão indígena/camponesa de território para a vida e o Bem Viver à visão capitalista de expropriação destes à extração de *commodities*. Um contraponto ontológico-epistemológico, referenciado não no individualismo metodológico e na propriedade privada, mas no pensamento filosófico maia, na defesa dos comuns e na auto-organização coletiva. Expressão política de povos do campo que resistem em meio a sanha expropriatória-violenta do capital neoextrativista – pretensamente justificada por ideias emolduradas por um eurocentrismo racista.

Vale lembrar que Amin (2021) classifica o eurocentrismo como uma espécie de universalismo, na medida em que propõe a todos a imitação do modelo ocidental como caminho único à solução dos problemas de nosso tempo. Um caminho individualista, eivado de violência e incapaz de aceitar o Outro, bem como de interpretar o indissociável imbricamento humanidade/natureza.

No entanto, como afirma Renata Tupinambá (2023, p. 7):

existe um estado de liberdade não traduzível no sistema civilizatório ocidental. Ele remete ao êxtase da plenitude de viver integrado à natureza. Habitar e ser floresta é sobre as humanidades que conseguiram mergulhar na essência de suas existências coletivas em comunidade. [...] Suas vivências são únicas e mudaram totalmente o modo de caminhar no mundo.

Nesse caminhar, à ideia pré-hispânica,

la elección de sentido europea es tan “absurda” que es capaz de plantear al sujeto como completamente separado del objeto, es decir, a la naturaleza como material pasivo e inerte, dócil y vacío, al que la actividad y la inventiva humanas, moldeándolo a su voluntad, dotan de realidad y llenan de significación (Echeverría 1998, p. 29).

Para os povos pré-hispânicos, a postura antropocêntrica que projeta a espécie humana como centro e senhora do mundo não faz sentido, parece absurda, arrogante e incompreensível. Note-se a afirmação de Aílton Krenak (2020, p.40) com respeito ao Rio

Doce, pesadamente maculado pela lama tóxica que veio na esteira de uma das formas pelas quais o neoextrativismo<sup>4</sup> se concretiza no estado de Minas Gerais: “nós, os Krenak, [o] chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo”.

Palavras que indicam uma cosmovisão que apreende a indisociabilidade dos seres humanos com a natureza. Em boa medida um entendimento aderente à linha de raciocínio de Marx (2010), especialmente quando este afirma que a relação humanidade/natureza é uma unidade na qual o ser humano pode apenas proceder como a própria natureza, pois é parte dela. Contudo, a cosmovisão indígena parece ir ainda mais longe nessa perspectiva, visto que não interpreta a natureza extra-humana apenas como objeto a ser humanizado, mas como um organismo vivo, dotado inclusive de temperamento. Tal qual o “vô” que – num poema de Truduá Dorrico<sup>5</sup> – correu

com as piranhas e os botos,  
 Com as jatuaranas e os tambaquis,  
 Com as cobras e os jacarés,  
 Com todas as gentes não humanas [...]  
 Um dia, num de seus passeios,  
 O vô viu alguns de seus netos em cima de dragas  
 No meio do rio [...]  
 Jogando prato, prata, pano, plástico  
 Parem.  
 O vô chorou.  
 O dinheiro é o veneno da alma.  
 Ouro, correntes, pulseirinhas, anéis, casamentos,  
 Filhos, netos, bisnetos, tataranetos,  
 Sem água (Dorrico, 2025, p. 66).

---

4 Na linha de Gudynas (2015), Acosta (2016) e Svampa (2019), o padrão concreto de desenvolvimento – ou de reprodução do capital – que passou a governar na América Latina a partir do início do século XXI.

5 Doutora em Teoria da Literatura, pertencente ao Povo Makuxi; grupo indígena que habita Roraima, no Brasil, mas também áreas da Venezuela e da Guiana.

### **3 O fantasma que traz consigo o inaceitável**

Na chave do materialismo histórico e de uma perspectiva de longa duração há tanto continuidades quanto rupturas no curso da história. Embora nem sempre perceptível, sobretudo por perspectivas pouco críticas ou que não avançam para além das aparências mais imediatas, talvez uma das rupturas mais marcantes da Modernidade seja a forma das pessoas se relacionarem com aquilo que Gramsci chamou pseudônimo da vida: o tempo. Note-se por exemplo os ritmos das transformações socioeconômicas: tanto na Antiguidade como na Idade Média estes foram sobejamente mais lentos do que aquele(s) que se verifica(m) no modo de produção capitalista. Na medida em que o capital reorganiza a base do processo que regula, medeia e controla nossa relação metabólica com a natureza (Marx, 2013), acelera-se o ritmo da introdução de inovações nos processos produtivos e crescem o número e a diversidade de mercadorias e aparatos técnicos que reconfiguram a maneira pelas quais as interações humanas – inclusive com a natureza – intercorrem no sistema capitalista. Com isso, não apenas uma nova forma de se organizar os fluxos de natureza humana e extra-humana se estabelece, mas, com esta, novas ideias, normas de comportamento e códigos de conduta tomam lugar em nossas vidas – o que até então era sólido se desmancha no ar: o sagrado se dissolve no egoísmo; o coletivo e a cooperação mútua, no autointeresse.

Com efeito, uma das questões mais elucidativas do estudo da evolução do capitalismo é a apreensão do processo de subsumção do trabalho ao capital. Dentre outros aspectos, revela-se como o princípio subjetivo da produção perde preponderância ao objetivo, de forma tal que a cooperação entre seres humanos se torna um elo menor – ainda que obviamente indispensável – de uma cadeia de cooperação entre objetos técnicos, que não são senão engrenagens concretas de uma relação de reordenamento de fluxos de matéria, energia e poder (Moore, 2015) que se torna autonomizada: a relação de extração de excedente via trabalho determinado pela mercadoria – conforme exposto por Marx (2013) e sublinhado por Postone (2014).

Um dos resultados mais expressivos desse movimento é o reforço da exploração de classe, através de uma forma superior de dominação; abstrata, porém objetiva: a da estrutura do modo de produção sobre as pessoas (Postone, 2014; Echeverría, 1998). Afinal, um tipo completamente distinto de dominação é inaugurado. Agora reificada e associada a uma forma moderna de estranhamento do trabalhador (de si mesmo e da natureza através do trabalho produtivo), a dominação assume uma feição impessoal, praticamente fantasmagórica. Calcada na propriedade privada, na mercantilização da terra e da força de trabalho, bem como na completa dissolução dos laços afetivos do trabalhador com o seu corpo inorgânico e substrato inarredável de existência, a reificação que emana das relações sociais de produção capitalistas inverte a relação sujeito/objeto e cria uma espécie de *realismo assombroso*, em cujas mãos que criam coisas/mercadorias passam a ser governadas pelas criaturas/mercadorias que criaram. No bojo desse feitiço da mercadoria (Marx, 2013), a ruptura sócio-histórica entre as condições objetivas e subjetivas da produção pavimenta uma via de desenvolvimento para que uma propriedade social atribuída à matéria – o valor – se autonomize em sua própria circulação, ou melhor, na circulação em si e para si, com o único objetivo de se auto expandir. Conforme colocado por Marx (2013) e resgatado por autores como Echeverría (1998), Mészáros (2011) e Postone (2014), é nesse movimento que o capital assume as rédeas do metabolismo social e se torna o sujeito de sua própria ordem sociometabólica. Tal qual um fantasma, invisível e intocável, o valor em processo de valorização – o capital – passa a assombrar a espécie humana. A crise ecológica e os conflitos socioambientais e militares que nos atemorizam nessa quadra histórica são exemplos disso.

Nesse quadro, vale destacar a centralidade da forma mercadoria no capitalismo. De acordo com Marx (2013), esta carrega em si uma contradição: entre o valor de uso e o valor. Entre a matéria e a forma social que lhe é atribuída no capitalismo. Talvez uma boa maneira para se perceber a contradição intrínseca à mercadoria decorra da análise do movimento do valor de uso e do valor no desenvolvimento capitalista. Pela ótica do avanço das forças

produtivas, na medida em que o desenvolvimento (tecnológico) avança, uma quantidade maior de mercadorias é produzida no tempo, ou melhor, o tempo socialmente necessário à produção de mercadorias tende a cair. Com isso, uma quantidade maior de valores de uso é produzida com as forças produtivas da humanidade aumentadas pela busca de lucro extraordinário em condições de concorrência e pela mola do crédito. Porém, individualmente, as mercadorias carregam uma quantidade menor de valor, dado os ganhos de produtividade do trabalho. Portanto, valor de uso e valor apresentam movimentos opostos com o desenvolvimento capitalista. E quando este é analisado sob a ótica da mercadoria, elemento nuclear do capitalismo, evidencia-se uma contradição fundamental do sistema capitalista.

Veja-se por exemplo o surgimento da maquinaria e da grande indústria: trata-se de um processo histórico de ruptura radical no que diz respeito a reorganização dos fluxos de matéria, energia e poder no interior e a partir de um modelo de civilização que se firma sobre suas próprias pernas. Um processo passível de ser encarado como emblema do revolucionamento técnico que o capital realiza ao assumir o controle da esfera da produção, subjugando-a às necessidades da valorização do valor. Portanto, do capital enquanto sujeito do processo de reprodução material de sua própria ordem sociometabólica. Se, por um lado, trata-se de um processo de expansão do valor enquanto relação social de exploração/apropriação especificamente capitalista, que se impõe a ambas as classes (a capitalista sobretudo pelas forças coercitivas da concorrência) como uma força automática; por outro, é um processo que recai mais pesadamente sobre o destino (futuro) da classe trabalhadora, que involucrada num dispêndio alienante (e reificado) de sua energia vital, se torna não apenas “escrava do fruto de suas próprias mãos”, mas reproduz em graus cada vez mais avançados de complexidade os grilhões que lhe mantém atreladas à relação social de exploração, que se reforça a partir de seu próprio trabalho produtivo. Processo social primordialmente tomado enquanto trabalho abstrato, ou seja, quantidade amorfa, embora fisiológica, de energia vital – sugada do trabalhador para

alimentar o capital, o valor em processo de valorização. (Marx, 2013).

A rigor, o desenvolvimento do capital enquanto relação social de produção/exploração/apropriação atribui ao processo de trabalho uma lógica não apenas expansiva, mas acelerante, em cuja introdução de máquinas nos processos produtivos não têm por fito a melhora nas condições laborais, ou mesmo de vida, da classe trabalhadora, mas a abertura de espaço – humano e extra-humano – à extração de excedente. Em muitos casos, vale notar, a força produtiva do trabalho exponencialmente aumentada (liberada da força motriz/muscular de seres humanos e de outros animais) se torna muitas vezes um meio para aumentar-se significativamente a intensidade do processo de trabalho, em geral a partir de linhas de produção cada vez mais velozes, no qual a atividade humana se torna – em muitos casos – uma ação mecânica alienante. Atividade que, em vez de contribuir para que o trabalhador se afirme enquanto sujeito, contribui à própria perda de si. Ao flagelar e mortificar a parte física e arruinar o espírito (Marx, 2010), transforma pessoas em apêndices – brutalizados – de um organismo monstruoso, ciclópico, cujo funcionamento afasta as pessoas absorvidas na produção das condições objetivas (Marx, 2013) de desenvolvimento de capacidades humanas essenciais, como criatividade, inventividade e capacidade de planejamento, tão caras à construção de projetos de desenvolvimento verdadeiramente emancipatórios.

Além disso, como afirmaram Marx e Engels (2007), Marx (2013) e resgatam os ecossocialistas e ecomarxistas, é pela fratura que provoca no metabolismo humanidade/natureza que as forças produtivas capitalistas são também destrutivas. Afinal, a natureza não pode ser expandida, tampouco ter sua temporalidade intrínseca acelerada na medida que a acumulação de capital muitas vezes requer (Jeziorny, 2025). Nesse processo, a auto subjetivação do valor fratura o metabolismo social e forja uma versão de humanidade cada vez mais alienada da natureza e de si mesma, assombrada pelas coisas/mercadorias que produz (Marx, 2013, 2017).

Para Echeverría (1998, p. 37-38),

la vida práctica en la modernidad realmente existente debe desenvolverse en un mundo cuya forma objetiva se encuentra estructurada en torno de una presencia dominante, la de la realidad o el hecho capitalista. Se trata, en esencia, de un hecho que es una contradicción, una realidad que es un conflicto permanente entre las tendencias contrapuestas, dos dinámicas simultáneas, constitutivas de la vida social: la de ésta en tanto que es un proceso de Trabajo y de disfrute referido a valores de uso, por un lado, y la de la reproducción de su riqueza, en tanto que es un proceso de “valorización del valor abstracto” o acumulación de capital, por otro. Se trata, por lo demás, de un conflicto en el que, una y otra vez y sin descanso, la primera es sacrificada a la segunda y sometida a ella.

#### **4 Agroecologia: ferramenta para resistir à inaceitabilidade fantasmagórica.**

O modelo produtivo tido como moderno, que fundamentou a prosperidade do modelo de civilização dominante, apresenta sinais de exaustão e perda de eficiência, além de ser inadequado para lidar com a nova realidade climática (CRS Report, 2023). A Revolução Verde – impulsionada pelo expressivo avanço no setor químico a partir da Segunda Guerra Mundial – resultou em custos ambientais de magnitude equivalente aos seus resultados econômicos. Um modelo fortemente calcado no uso abusivo de agrotóxicos e de fertilizantes. Estes, utilizados com um elevado índice de “desperdício”, visto que apenas 17% das aplicações são realmente absorvidas pelas plantas, para depois serem consumidas na alimentação (Erisman et al, 2008). O material residual alcança os cursos d’água e contribui na proliferação de algas e formação de zonas mortas, num real sufocamento da vida aquática (Jonhson; Harisson, 2015). O uso de fertilizantes químicos é responsável também pela emissão de grandes quantidades de gases de efeito estufa, tanto que o agronegócio é o maior emissor desses gases no Brasil.

É necessário considerar que a produtividade do modelo do agronegócio brasileiro estabelece sucessivos recordes a partir das qualidades intrínsecas dos ecossistemas, o que representa uma significativa diferença em relação à perspectiva culturalmente talhada (Chã, 2018), de que o seu desempenho é resultado exclusivo de esforços em pesquisa e tecnologia próprios da agricultura industrial. No entanto, ele se baseia numa mecânica de funcionalidade voltada à maximização de lucros que é fortemente subsidiada pelos serviços ecossistêmicos.<sup>6</sup> Situação que facilita a operação das *commodities* da *big farm* e promove a expansão acelerada da fronteira agrícola em todas as regiões do país, avançando a grilagem de terras e a expropriação de territórios de povos tradicionais.

Com esse pano de fundo, a busca por alternativas de adequação ao cenário climático vigente consolida a agroecologia como uma escolha eficaz (Gliessman, 2000), pois nesse paradigma a restauração dos sistemas vivos é central para o desenvolvimento da capacidade humana de coexistir com os sistemas de sustentação da vida no planeta (Mang; Reed, 2012). Sentido no qual a agroecologia nos parece uma ação concreta não apenas de retaguarda contra a destruição da biosfera promovida pelo modelo típico do agronegócio, mas também um movimento em certa medida insurgente. Afinal, ela avança por uma ontologia contestatória a que interpreta a natureza como mera fonte de “recursos naturais” à acumulação capitalista predatória. Talvez por isso, forneça elementos objetivos e subjetivos para forjar uma versão de humanidade menos alienada da natureza e de si mesma, carregando em si tanto o *ethos* barroco de que trata Echeverría, como a ontologia dos povos tradicionais do campo latino-americano – que em seus territórios resistem ao ontocídio do capital, que pela violência da expropriação pretende suplantar com *commodities* a biodiversidade e o conhecimento a ela associado.

Segundo Altieri (2002), a agroecologia concilia conhecimentos tradicionais e científicos para promover a sustentabilidade, a segurança alimentar e a resiliência dos ecossistemas. Com

---

6 Conforme Rech e Jeziorny (2024), em 2022 o total de subvenções ao agronegócio atingiu 56,3 bilhões de reais no Brasil.

foco na biodiversidade, essa prática combina culturas e sistemas locais de conhecimento agrícola, além de encorajar um manejo menos dependente do pacote tecnológico da Revolução Verde, conseqüentemente, do uso de agrotóxicos. Além disso, em vez de ganhos de escala com grandes monoculturas, a agroecologia propõe diversidade, tanto na produção vegetal como na criação animal, com foco na variedade nutricional, na resistência a pragas e na produtividade por meio da agrosilvicultura e sistemas mistos de produção, a fim de potencializar a eficiência intrínseca da natureza e favorecer a fertilidade natural do solo.

Como uma ciência articulada entre a agronomia e a ecologia, a agroecologia, por meio da *diversidade funcional*, busca integrar agroecossistemas à matriz da paisagem para gerar resiliência na dinâmica dos ecossistemas e favorecer a estabilidade diante das mudanças ambientais. Essa conectividade harmônica tende a aumentar a biodiversidade, facilitar o manejo de pragas e reduzir a dependência de controle químico. Com uma taxa maior de reciclagem de biomassa, a resposta do agroecossistema às perturbações e a qualidade do solo são otimizadas, e a perda de elementos naturais, minimizada. Um modelo que privilegia interações benéficas e sinérgicas entre seres humanos e seu substrato material e condição inarredável de existência. Como processo, a transição para a agroecologia compreende a substituição de insumos perniciosos por outros mais adequados e de maior eficiência, bem como o redesenho de agroecossistemas diversificados para que tenham funções ecológicas autônomas, com foco em maior produtividade, segurança alimentar e resiliência climática a longo prazo.

O Brasil foi um dos primeiros países a instituir uma política nacional de agroecologia, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Instituída em 2012, a PNAPO fortaleceu movimentos sociais agroecológicos e deu impulso à criação de cursos universitários na área.<sup>7</sup> Processo que mobilizou e envol-

---

7 Importante destacar a ação decisiva do MST nesse processo, especialmente no fortalecimento de muitos cursos que foram construídos em parceria com universidades e institutos federais. Isso, com o objetivo de forjar um corpo de técnicos populares que dominem a práxis agroecológica construída em seus territórios. Um exemplo bem consolidado tem sido a rede de Institutos

veu o trabalho de profissionais em diversos campos do conhecimento, preocupados não apenas com ecologia, mas também com a questão energética e com os problemas socioeconômicos oriundos da Revolução Verde – a *Modernização Conservadora*. Os primeiros passos articularam pesquisa científica em experiências concretas com fazendas orgânicas, associadas a criação de feiras com produtos oferecidos diretamente pelos produtores.

A instituição da PNAPO não esgota a trajetória da agroecologia no Brasil. Ela é um passo importante numa caminhada iniciada pelo menos desde 1977, quando a Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (Aeasp) manifestou – no I Congresso Paulista de Agronomia – a necessidade de se repensar a modernização agrícola. Pode-se dizer que foi nesse momento que a pauta agroecológica entrou na discussão acadêmica brasileira. Em 1979, durante o IX Congresso Brasileiro de Agronomia, percebeu-se uma grande adesão de militantes mais à esquerda no campo político à agricultura alternativa – especialmente por considerá-la um modelo anticapitalista. Em 1981, a Federação dos estudantes de Agronomia do Brasil (Feab), a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná e o Grupo de Agricultura Alternativa dessa associação organizaram o I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (Ebaa), um marco da agricultura alternativa brasileira. Com o tempo, a associação entre atividades acadêmicas e militantes envolvidas no movimento de agriculturas alternativas conformaram redes que formaram a base da institucionalização da agroecologia no Brasil (Paulino; Gomes, 2020).

No entanto, é notável que esse tema tenha sido abordado de maneira tão tímida pelos governos brasileiros até o momento. O

---

Latino-Americanos de Agroecologia (IALAs) que tem como primeira experiência a Escola Latinoamericana de Agroecologia (ELAA), criada em 2005, no Paraná, a partir do curso de Tecnólogo em Agroecologia. Na esteira, segue-se a criação do IALA Amazônico, no Pará, e a Escola Popular de Agroecologia Egídio Brunetto, na Bahia. Sem contar as diversas escolas e centros de formação em diversos estados brasileiros. Desse processo aprimoram-se currículos, novas iniciativas pedagógicas e o fortalecimento da Educação do Campo, como projeto político para a educação. Ademais do avanço no diálogo com a sociedade, apresentando-se a Reforma Agrária Popular e seus resultados como contraposição ao projeto autofágico e depredador do capital para o campo: o Agronegócio.

contraste na destinação de recursos divulgada recentemente pelo Ministério da Agricultura e Pecuária<sup>8</sup> para o período 2025-26 anuncia R\$89 bilhões disponíveis para agricultura familiar, mas que fazem triste figura frente os R\$516 bilhões destinados à médios e grandes produtores do agronegócio.

No território brasileiro, aproximadamente 17% da floresta amazônica foi perdida nos últimos 50 anos devido ao desmatamento, mineração e à mudança no uso da terra, o que provoca uma perda preocupante de biodiversidade e desestabiliza um ecossistema-chave para a manutenção dos padrões climáticos na América do Sul, interligado ao conjunto maior de sustentação climática global (Hultgren et al, 2025). Esse fato exerce uma influência direta na configuração climática do eixo central norte-sul do território brasileiro, numa grande área transfronteiriça que se estende do território amazônico até a província argentina de Buenos Aires (Cardoso; Rosa, 2019). Além disso, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura estima que 25% das terras agriculturáveis estejam altamente degradadas, como resultado de desmatamentos, práticas agrícolas insustentáveis e urbanização (FAO, 2011); uma tendência recorrente conforme documentado pelo estudo de Richardson et al. (2023), sinalizando que a maioria dos limites planetários – incluindo a integridade da biosfera e os fluxos biogeoquímicos da Terra – estão sendo ultrapassados. Essas alterações pressionam os impactos das mudanças climáticas sentidas globalmente de modo mais significativo para o 1,4 bilhão de pessoas que vivem em áreas vulneráveis (IPCC, 2022). E vale observar que de acordo com o IPCC (2023), o aumento de eventos climáticos extremos expôs globalmente milhões de pessoas à insegurança alimentar e a insegurança hídrica, com impactos adversos desproporcionalmente mais severos para pequenos produtores de alimentos, famílias de baixa renda e especialmente povos indígenas – cujas terras abrigam 80% da biodiversidade remanescente no planeta.

Ao minimizar o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos e privilegiar os gerados internamente nas unidades familiares, a

---

8 Super Plano Safra 2025/2026.

produção agroecológica pode favorecer o acesso da população rural mais necessitada à alimentação de boa qualidade (Anderson et al, 2020). A agroecologia consolida-se a partir de um conceito que articula horizontalmente os interesses de produtores e consumidores por meio de cadeias curtas de credibilidade na produção de alimentos, promovendo uma mobilização estratégica focada nas capacidades de adaptação local em rede. Seu caráter intrínseco de cooperação (PLOGG, 2008) permite inferir que se trata de um modelo gerador de autonomia na produção de alimentos. No que se refere à redução de danos e capacidades regenerativas de ecossistemas, ela figura como estratégia em apenas de 15% da área global cultivada (Schreefel et al, 2020). Assim, para que possa contribuir efetivamente para a mitigação do aumento da temperatura global para além do limite médio de 1.5 C° acima dos níveis pré-industriais, é necessário que a velocidade de transição à agroecologia triplique até 2030. Não obstante, quando se promove o reconhecimento do rural de modo contínuo ao urbano – como é o caso na perspectiva agroecológica – são favorecidos aspectos que reorientam novas cadeias produtivas, responsáveis e comprometidas com o território. Dessa forma, não apenas se aperfeiçoa a gestão eficaz do ambiente, como também se investe na restauração do seu potencial natural, base para a operação da sua economia e para a sustentação do tecido da vida (Das; Bocken, 2024).

Segundo Haraway (2022), os catastróficos resultados de nossas atividades no capitaloceno oferecem oportunidade para uma efetiva mudança de paradigma. Uma vez diagnosticado o problema, lidar com ele se torna uma urgência e negá-lo não é uma alternativa viável. Também Thomas Kuhn (1970) sugeriu que os paradigmas desempenham um papel transformador quando há uma mudança de perspectiva acompanhada de uma compreensão acertada da natureza do problema (e da vida). Sob esta ótica, são válidas as tentativas de mapear e elucidar as fissuras e fragilidades, bem como os processos e dinâmicas sobre os quais colocamos nossas lentes. Ampliar o horizonte do debate envolve reconhecer que a fé mobilizada na investigação, no cálculo e na modelagem tem utilidade, pois permitiu compreender que os intrincados processos do planeta nunca foram estáveis, mas sim metaestáveis e altamente

capazes de responder a perturbações radicais (Lovelock, 2020). Isso também significa que as formas de apreensão do mundo são tão diversas quanto as culturas o são, e que as formas de conhecimento tradicionais, que perpetuaram comunidades e povos em muitos lugares são válidas enquanto produtoras de sentido e podem indicar o caminho de saída do labirinto em que nos encontramos em nossa relação metabólica coma natureza. O que torna inaceitável o epistemicídio que o modelo de civilização hegemônico provoca.

## **5 A experiência da Associação dos Agricultores Ecológicos Solidários do RS**

Resgatamos brevemente uma experiência bem-sucedida da agroecologia brasileira: a primeira feira de agricultura ecológica da América Latina, com trajetória que alcança a terceira geração de agricultores no Rio Grande do Sul (Meirelles, 2018).

Trata-se de uma experiência de autogestão que surgiu há 34 anos com um pequeno grupo de agricultores familiares, organizados formalmente como uma cooperativa. Mais tarde – com a chegada de novas famílias – esta assumiu forma de associação. O vínculo associativo formal se iniciou em 1986, aliando a necessidade destes agricultores com o desejo de consumidores urbanos de adquirir alimentos livres de veneno, numa relação sem intermediários. Os primeiros movimentos se consolidaram com encontros de periodicidade quinzenal para comercialização em espaço público; inicialmente num parque na área central de Porto Alegre. Não demorou para que os primeiros agricultores contaminassem vizinhos e familiares em diferentes regiões do estado com o conceito ecológico. Em 1990 o grupo já havia crescido em número, gênero e grau; e os afiliados urbanos organizaram uma grande feira livre no mesmo parque, chamada de Tupambaé. Este evento deu visibilidade à causa ecológica no Rio Grande do Sul e vale destacar que alguns dos afiliados urbanos eram já conhecidos ativistas, entre eles os agrônomos Jaques Saldanha, Sebastião Pinheiro, Maria José Guazelli e José Lutzemberger.

A Associação dos Agricultores Ecologistas Solidários do RS, ou “Agroecológica”, como é conhecida localmente, teve sua origem neste grupo que organizou uma sede para o funcionamento de sua cooperativa-entrepósito nos anos 1990. O abastecimento se dava aos sábados, quando as famílias chegavam de suas respectivas regiões para expor seus produtos na feira localizada em frente à sede da cooperativa. Sob concessão de espaço público pela prefeitura, em evento autogestionado, a feira ganhou corpo na capital gaúcha, diversificou sua oferta de alimentos e tornou-se um projeto pioneiro em termos de cadeias curtas de produção e comercialização de alimentos no Brasil. Embora sua sede física tenha sido desativada em meados dos anos 2000, a feira de agricultores se expandiu em seu local de origem e inspirou o surgimento de seis pontos de comercialização de alimentos orgânicos, em diferentes bairros da capital gaúcha.

Um ponto importante a ser contextualizado é que a procura por alimentos livres de agrotóxicos não fazia parte da cultura local. Havia inclusive algum desmerecimento quanto a estética dos produtos. De acordo com Meirelles (2019), os relatos dos agricultores pioneiros denotam aspectos de uma suposta falta de técnica ou de capricho nos produtos, para que rabanetes e cenouras se parecessem aos dos grandes supermercados, em padrões de tamanho, cor e uniformidade.

### **Imagem 1 – Feira da Associação dos Agricultores Ecologistas Solidários do RS**



Fonte: Elson Schroeder.

Entretanto, os vínculos se fortaleceram. O ambiente das instituições envolvidas favoreceu em certa medida a iniciativa, cedendo espaço na via pública junto ao parque para que a feira ocorresse com regularidade semanal, ademais da acolhida de grupos urbanos que anteviram a importância dessa proposta. Assim, o grupo de associados ecologistas rurais e urbanos assumiu um quadrante da cidade de modo autogestionário, organizando horários de chegada e de saída, interrompendo previamente o trânsito para a realização da feira, assumindo a limpeza e taxas da rede local de energia com independência e autonomia. Essa concessão de uso do espaço público já dura 34 anos, transpassando a troca de gestores municipais numa relação entre sociedade civil organizada e poder público. Trata-se de um exemplo concreto das possibilidades do modelo sinérgico da abordagem agroecológica, apoiado na perspectiva da ecologia política, que entende a governança como fator decisivo na formação dos sistemas agrícolas e de outros sistemas humanos (Anderson et al, 2020).

Orientando-se pelas normativas de certificação orgânica (N46 — Lei 10.831/2023), todas as propriedades afiliadas são credenciadas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Os membros da associação são habilitados para o manejo adequado de suas áreas e estão equipados de acordo com as particularidades de cada região bioclimática. Além disso, as famílias participam de capacitações por meio da troca de experiências nos encontros semestrais oportunizados pela associação (Cardoso, 2020).

Com propriedades familiares entre três e 20 hectares, em diferentes biorregiões, atualmente são mais de 100 famílias integradas num sistema de agroecologia em rede, que abastece 6 feiras semanais em Porto Alegre. Algumas destas famílias investiram em processar itens na propriedade rural, o que resultou em uma gama considerável de produtos agroindustriais. A Agroecológica envolve também três assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), dois destes ligados à produção de arroz em coletivos com cerca de 20 famílias em cada área; grupo responsável pela maior produção de arroz orgânico na América Latina.<sup>9</sup>

---

9 Ver mais em Medeiros (2023).

## 6 Reflexões finais

Echeverría busca um desenvolvimento do marxismo a partir de uma leitura particular de *O capital*. Numa interpretação próxima às de Postone e Meszaros, o filósofo equatoriano recupera a auto-subjetivação do valor como um movimento em que o desenrolar da forma puramente social atribuída à matéria assume as rédeas do metabolismo social. Processo histórico que – conforme elucidado por Marx – implica numa sociedade reificada em cujo princípio objetivo da produção é colocado à frente do subjetivo. Com isso, forja-se uma versão de humanidade enfeitada, governada e atormentada pelo fruto de suas próprias mãos. No Brasil, o agronegócio é força tarefa dessa humanidade fantasmagórica em sua variação mais cruenta. Nos espaços rurais, onde o consenso commodities/glifosato degrada de maneira cada vez mais intolerável a vida humana e a extra-humana, alargando a fratura metabólica, ele investe contra outras humanidades possíveis e em resistência à pretensão universalista dos que se locupletam com a circulação do valor em si e para si.

A agroecologia pode ser uma ação concreta de contestar – por dentro – tal desenvolvimento, visto que em seus princípios visa concretizar o metabolismo humanidade/natureza proximamente ao que Echeverría chama *ethos* barroco. Atitude de um grupo social que – sem negar a existência do que considera inaceitável – resiste em meio ao seu avanço. Tal qual fazem os movimentos indígenas e a própria insurgência zapatista, um movimento contestatório impulsionado não exclusivamente pela forma abstrata do valor, mas de alguma maneira a subjugando à materialidade do valor de uso e às necessidades concretas dos sujeitos envolvidos. Postura que não propõe um retrocesso inocente na história. Mas, como afirmou Echeverría numa entrevista concedida a Javier Sigüenza (2011), é uma estratégia para neutralizar a contradição entre a forma natural da vida e a forma social/valor que esta assume no capitalismo. A maneira barroca de viver nesse sistema é um tipo de comportamento que permite ao ser humano neutralizar – mesmo que parcialmente – a cada vez mais insuportável contradição capitalista. O peculiar no *ethos* barroco é que ele implica um momento de resistência calcada na defesa do aspecto qualitativo da produção em detrimento do quantitativo. Uma defesa da forma

natural da vida, por dentro dos próprios processos nos quais ela é atacada pela barbárie do valor em processo de valorização. O que o *ethos* barroco faz – em essência – é reafirmar a vigência da forma natural de vida em meio a destruição da vida provocada pelo capitalismo em sua versão puritana/norte-europeia/estadunidense.

A agroecologia integra esse *ethos*, em alguma medida resgatando a cosmovisão indígena/camponesa da natureza como trama de vida, com temporalidade intrínseca e temperamento próprio. Uma totalidade que inclui a espécie humana e da qual esta depende. Nesse sentido é possível interpretá-la como ação estratégica de resistência, mas também possibilidade de outro mundo. Um futuro ancestral (Krenak, 2024), visto que recupera um entendimento tradicional e permite imaginar com ele um horizonte emancipatório. Uma versão de humanidade com capacidade de agência, de resgate das rédeas de seu metabolismo com a natureza dos ganhos do valor em valorização. Conforme demonstrou Marx (2013), a subsunção do trabalho ao capital também aliena o ser humano de uma de suas características mais essenciais: a força sinérgica da cooperação consciente, do resultado do trabalho coletivamente organizado com vistas a um objetivo comum, que é sempre maior do que o somatório das ações individuais isoladas. No Rio Grande do Sul, a exitosa experiência da “Agroecológica” atesta isso e prova que é possível recuperar a capacidade humana de planejamento e gestão coletiva do processo de reprodução material, articulando equilíbrios próprios das unidades camponesas (Ploeg, 2016) numa interação saudável entre o campo e a cidade, com um metabolismo social menos autofágico e cruento.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces de uma mesma maldição. In: Gilger et al. (eds.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Editora Elefante, 2016, p. 47-85.

ALIMONDA, Héctor. **Descolonizar la naturaleza: por una ecología política latinoamericana: textos reunidos de Héctor Alimonda 1982-2017**. Compilación de Facundo Martín, Gabriela Merlinsky y Felipe Milanez. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2025.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002. 592 p.

AMIN, S. **O eurocentrismo**: crítica de uma ideologia. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

ANDERSON, C. R. et al. **Agroecology now!** Transformations towards more just and sustainable food systems. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2021.

BARBOSA, Lia Pinheiro. O “Comum e a Não Propriedade”: a ontologia Zapatista na defesa do território e no confronto ao ontocídio do capital no Sul Global. **Revista GeoUECE**, v. 13, n. 25, 2024. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/12794>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2026.

BARBOSA, Lia Pinheiro. As emancipações e as lutas populares na América Latina e no Caribe: da emancipação humana à emancipação da natureza. **Geografia em Atos (Online)**, Presidente Prudente, v. 9, n. esp1, p. e025d002, 2025. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/10954>>. Acesso em: 4 fevereiro de 2026.

BOCKEN, N.; SHORT, S. W. Unsustainable business models – recognising and resolving institutionalised social and environmental harm. **Journal of Cleaner Production**, v. 312, 127828, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.127828>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2026. CARDOSO, M. A. **Agrofloresta como ferramenta de autonomia**: a percepção do agricultor familiar de base ecológica. 88 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CARDOSO, Lucas; ROSA, André. **No Dia Mundial da Água, especialistas do INPE alertam para a preservação de árvores**. G1 Vale do Paraíba e Região, 22 mar. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2019/03/22/no-dia-mundial-da-agua-especialistas-do-inpe-alertam-para-a-preservacao-de-arvores.ghtml>>. Acesso em: 4 fev. 2026.

CHÃ, A. M. **Agronegócio e indústria cultural** – estratégia das empresas na construção da hegemonia. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. Disponível em: <<https://www.congress.gov/crs-product/R47583?q=%7B%22search%22%3A%22R47583%22%7D&s=1&r=1>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2026.

DAS, A.; BOCKEN, N. Regenerative business strategies: a database and typology to inspire business experimentation towards sustainability. **Sustainable Production and Consumption**, v. 49, p. 529-544, set. 2024. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2352550924001842?via%3Dihub>>. Acesso em: 4 fev. 2026.

DORRICO, Truduá. **Tempo de retomada**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2025.

DUAYER, M. Marx, verdade e discurso. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 15-39, jan./jun. 2001. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8461>>. Acesso em: 16 ago 2025.

DUSSEL, E. **Hipótesis para el estudio de Latinoamérica em la Historia Universal**. Buenos Aires: Editorial Las cuarenta, 2018.

ECHEVERRÍA, B. **La modernidad de lo barroco**. D.F., México: Ediciones Era, 1998.

ERISMAN, J.; SUTTON, M.; GALLOWAY, J. et al. How a century of ammonia synthesis changed the world. **Nature Geoscience**, v. 1, p. 636-639, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/ngeo325>>. Acesso em: 4 fev. 2026.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia** – processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

GUDYNAS, Eduardo. **Derechos de la naturaleza: Ética biocéntrica y políticas**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

HARAWAY, D. **Ficar com o problema: fazer parentes no chthluceno**. São Paulo: N-1 Edições, 2022.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova desordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HULTGREN, A.; CARLETON, T.; DELGADO, M. et al. Impacts of climate change on global agriculture accounting for adaptation. **Nature**, v. 642, p. 644-652, 2025. Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/s41586-025-09085-w>>. Acesso em: 4 fev. 2026.

IPCC. **Climate change 2022** – Impacts, adaptation and vulnerability: Working Group II Contribution to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/9781009325844>>. Acesso em: 4 fev. 2026.

IPCC. **Climate Change 2023: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. [Core Writing Team: H. Lee; J. Romero (eds.)]. Geneva: IPCC, 2023. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2026.

JAPPE, A. **A sociedade autofágica: capitalismo, desmesura e autodestruição**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

JEZIORNY, D. Capital e América Latina na encruzilhada ecológica. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 21, n. 46-47, p. 393-422, 2025. Disponível em: <<https://>>

revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/15243>. Acesso em: 16 dez. 2025.

KRENAK, A. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOVELOCK, J. **Gaia**. Lisboa: Edições 70, 2020.

MANG, P.; REED, B. Designing from place: a regenerative framework and methodology. **Building Research & Information**, v. 40, n. 1, p. 23-38, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09613218.2012.621341>>. Acesso em: 4 fev. 2026.

MARQUES, Luiz. **O decênio decisivo: propostas para uma política da sobrevivência**. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MEDEIROS, Catiana de. **MST reúne 4 mil pessoas para celebrar a maior produção de arroz orgânico da América Latina**. MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 17 mar. 2023. Disponível em: <<https://mst.org.br/Ace2023/03/17/mst-reune-4-mil-pessoas-para-celebrar-a-maior-producao-de-arroz-organico-da-america-latina/>>. Acesso em: 4 fev. 2026.

MEIRELLES, L. R. **Vozes da agricultura ecológica I**. Porto Alegre: Essência do Saber, 2018.

MEIRELLES, L. R. **Vozes da agricultura ecológica II**. Porto Alegre: Essência do Saber, 2019.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MILANEZ, F. **Lutar com a floresta: uma ecologia política do martírio em defesa da Amazônia**. São Paulo: Editora Elefante, 2024.

MOORE, Jason **Capitalism in The Web of Life**. New York: Verso, 2015.

PAULINO, J. S.; GOMES, R. A. A institucionalização da agroecologia no Brasil: trajetórias acadêmicas e laços discursivos. **Revista Sociedade e Estado**, v. 35, n. 1, jan./abr. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/g4xj8C3rqzcZKJbgM3fSWnz/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 4 fev. 2026.

PLOEG, J.D.V.D. **Camponeses e impérios agroalimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e a arte da agricultura.** Coedição UNESP/UFRGS. São Paulo; Porto Alegre, 2016.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

RECH, L. T.; JEZIORNY, D. L. The State, Political Power, and the Financialization of Agrarian Space in Brazil. **Latin American Perspectives**, v. 51, n. 1, jan. 2024, p. 270-291. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0094582X241253825>>. Acesso em: 17 ago. 2025.

SANTOS, F. L.; VASCONCELOS, J. S. Consenso do glifosato: políticas agrárias e conflitos rurais na onda progressista da América Latina (1998–2016). **Revista História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 260–300, 2020. Disponível em <<https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/36931>>. Acesso em: 4 fev. 2026.

SCHREEFEL, L.; SCHULTE, R. P. O.; DE BOER, I. J. M.; SCHRIVVER, A. P. S.; VAN ZANTEN, H. H. E. Regenerative agriculture – the soil is the base. **Global Food Security**, v. 26, 100404, set. 2020.

SVAMPA, Maristela. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina:** conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SIGÜENZA, Javier. **Modernidade, ethos barroco, revolução e autonomia** – uma entrevista com o filósofo Bolívar Echeverría. Cadernos do Pensamento Crítico Latino-Americano, nº XVIII. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil; CLACSO, 2011. Disponível em: <https://flacso.org.br/files/2014/12/XVIIIcadernopensamentocritico.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2026.

TENSÕES MUNDIAIS. Genocídio do Povo Palestino. Edição Extraordinária. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 20, n. 42, 2024. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/issue/view/629>>. Acesso em: 4 fev. 2026.

TUPINAMBÁ, Renata. Sonhos em movimento. In: BANDEIRA, Ivaneide “Neidinha”. **Jupáú** – a luta do povo Uru-Eu-Wau-Wau. São Paulo: N-1 Edições, 2023.

WMO. **WMO confirms 2023 smashes global temperature record.** Press release, jan. 2024. Disponível em: <<https://wmo.int/news/media-centre/wmo-confirms-2023-smashes-global-temperature-record>>. Acesso em: 4 fev. 2026.